timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIV PREÇO AVULSO: 120$00 Nº 147 ABRIL 1998

DO LADO DA MONTANHA NINGUÉM CHORA

A morte de Nino Konis Santana, ocorrida a 11 de Março na região de Ainaro, constituiu uma trágica perda para o povo de Timor Leste.

Em 23 de Março, um comunicado assinado por Taur Matan Ruak, chefe do Estado-Maior das Falintil, e com data do dia 12 dava conta da morte do Comandante Konis Santana que até àquela data era a figura máxima da Resistência em Timor Leste.

«Compatriotas timorenses, filhos de Timor Loro Sa'e, é com profunda dor e mágoa que venho hoje (...) para vos informar que, Nino Konis Santana, Secretário da Comissão Directiva da Fretilin, Chefe do Conselho Executivo da Luta na Frente Armada e Clandestina, pereceu para sempre desde o dia 11 de Março de 1998 nas áreas de Ainaro, quando se dirigia às Regiões centrais do país em missão de verificação das actividades políticas e militares (...), e a trágica morte do nosso companheiro (...) se deveu a uma queda que sofrera quando se tentava refugiar num dos abrigos ali localizados, e o seu cadáver foi sepultado no mesmo dia pelas 23,30h, hora de Timor Loro Sa'e.»

O comunicado lembra o papel desempenhado por Konis Santana durante os quase cinco anos em que assumiu a responsabilidade máxima da luta em Timor Leste: *«(...) é importante sublinharmos a sua contribuição de entre outras, a reorganização da luta de resistência aquando da captura do líder da Resistência Xanana Gusmão, o alargamento e a consolidação da nossa presença política e militar na parte oeste do país e o restabelecimento das ligações via rádio com o mundo exterior (...).»*

A HERANÇA DE KONIS

Entretanto, em declaração tornada pública a partir de Lisboa, o CNRM pela mão de Ramos-Horta recordava alguns momentos da agitada vida daquele combatente timorense.

«Konis Santana nasceu em Lospalos há 39 anos. Foi dirigente da

Da CDPM para o Comandante Nino Konis Santana

Eu dizia

Eu dizia
Quanto madura
me animavas
Seguindo a noite
Barco ou estrada
    Sem rótulo
    Sem luzes
    De vitória
Na mesma rota de tanto compatriota

Entre o sol e a lua
    Sereníssima
Rondavas em silêncio
noite fora
Fazíamos um norte
    De vigília
Do lado da montanha
    Ninguém chora

José Afonso, 1982/83

neste número:

A MORTE DE KONIS SANTANA

UMA ESTRATÉGIA DE SOLUÇÃO

INDONÉSIA: À BEIRA DA MUDANÇA?

CDH: SABOR A DERROTA

UNETIM (União Nacional dos Estudantes de Timor Leste) até 1975. Foi professor numa aldeia nessa mesma região antes da invasão, onde também representava a Fretilin. Fez parte da Comissão que, em 1974, preparou o processo eleitoral em Lospalos. Após a invasão e ocupação indonésias deixou a cidade e foi nomeado assistente para a Região Militar de Lospalos. Em 1981, após o desmantelamento das Bases de Apoio foi nomeado membro do Grupo de Ligação liderado por Xanana Gusmão. No início de 1992, após a captura de Mau Hodu, foi nomeado Assistente Político de Xanana Gusmão. Com a captura de Xanana, em Novembro de 1992, Nino Konis Santana é chamado ao Comité Político-Militar liderado por Mau Huno. Em 1993, após a captura de Mau Huno pelas forças ocupantes, Nino Konis Santana torna-se Comandante Operacional das FALINTIL e reorganiza a Resistência, criando o Conselho Executivo da Luta e os Comités Executivos da Frente Armada e da Frente Clandestina, que coordenam toda a actividade da Resistência no interior. Nino Konis Santana era o Secretário da Comissão Directiva da Fretilin.

Nino Konis Santana não era apenas o líder da ala militar da Resistência, juntamente com Xanana Gusmão. Foi também o arquitecto da Unidade Nacional dos timorenses, da reconciliação e da tolerância.

Trabalhou incansavelmente para construir o consenso e a unidade nacional. Apesar de ser o Comandante operacional das FALINTIL, Nino Konis Santana foi também um construtor da Paz, um diplomata e um estadista.

Era um profundo conhecedor da dimensão internacional da causa de Timor Leste, mantendo-se muito bem informado sobre o desenvolvimento da situação.»

E Ramos-Horta conclui: «*Enquanto um dos seus colaboradores mais próximos, senti-me sempre impressionado com a clareza do seu pensamento, do seu intelecto e a sua visão. (...) Todos nós iremos honrar a memória e a herança de Nino Konis Santana que nos inspirarão até que a Paz e a Liberdade sejam uma realidade na nossa Pátria - Timor Leste.*»

BANDEIRA EM NOVAS MÃOS

No seu comunicado Matan Ruak afirma a sua «*assunção à liderança da luta no interior da Pátria, aguardando, contudo, pelos órgãos competentes o decidam sobre a quem e quando o entregam.*»

O chefe do EM das Falintil avança, no entanto, com alguns objectivos imediatos:

«*Apoiar e promover as reformas políticas estruturais necessárias que visem condicionar a consolidação da Unidade dos timorenses na luta contra a ocupação militar indonésia. Para isto é fundamental abrir os diálogos para obtermos consensos sobre a reposição da legalidade internacional (...), o estabelecimento de alianças com todas as forças políticas e sociais existentes e interessadas, o estabelecimento de uma estratégia política comum e a obtenção de uma estratégia de solução consensual.*

Lutar pela consolidação e alargamento da nossa presença política e militar em todos os cantos e recantos do país e organizar uma pressão interna forte, credível e sistemática, contra a ocupação militar indonésia.

Apoiar os esforços da comunidade internacional mas, sobretudo, de Portugal, Indonésia e Nações Unidas, na busca de uma solução negociada para a problemática questão de Timor Loro Sa'e.»

E a terminar: «*Do nosso lado, continuaremos a batalhar para que Portugal não fique à margem de qualquer solução negociada (...). Apelo aos governantes de Jacarta para que flexibilizem posições de acordo com a conjuntura internacional de momento, tudo na consciência de que a radicalização não trará vantagens nenhumas à Indonésia, pelo contrário, só contribuirá para o agravamento da situação interna, manchando deste modo a sua imagem no plano internacional.*»

UMA ESTRATÉGIA DE SOLUÇÃO POLÍTICO/DIPLOMÁTICA

«Nós pensamos que todos os nossos esforços e preocupações no estudo e análise da situação da nossa luta devem, fundamentalmente, basear-se nas realidades específicas em que a nossa guerra de Resistência Nacional se desenvolve, a caminho de 20 anos, Resistência essa que, alimentando-se das suas próprias condições internas, vem garantindo a sua manutenção, sobrevivência e continuidade, passando por etapas particularmente críticas, fases extremamente difíceis e momentos emocionantes e, muitas vezes, inelutáveis mas, apesar disso tudo, os resistentes mauberes souberam provar, ao longo dos anos, firmeza e perseverança na luta.

A progressão decrescente da nossa luta armada cujas causas, como todos sabem, provinham, por um lado dos nossos graves erros políticos e militares de condução da guerra com reflexos negativos para o plano diplomático e, por outro lado, da enorme superioridade militar do inimigo e dos seus meios de combate, das suas enormes potencialidades e recursos económicos e financeiros, das realidades conjunturais tanto internacionais como da área em que Timor Leste está inserido, (...) para além de outros condicionalismos envolventes à nossa Resistência que tornaram a nossa luta numa guerra de libertação sem paralelo neste mundo, onde apenas a força da razão e do direito, os valores da justiça e da paz e a justeza da nossa causa nos alimentam forças para nos mantermos em pé. (...).

O prolongamento indefinido da nossa guerra e as dificuldades incontáveis que o próprio prolongamento da guerra veio e continua impondo-nos em todas as frentes de luta (...), actuou profundamente nas nossas consciências e nenhum combatente da Pátria, do simples e analfabeto camponês das aldeias mais recônditas do nosso país ao guerrilheiro mais "novato" aceitará a nossa derrota (...).

As dificuldades inerentes à nossa guerra aconselharam a Direcção da Luta à adopção da estratégia de solução político/diplomática para o todo da guerra, enquanto para as FALINTIL definiu-se a estratégia de sobrevivência face à estratégia de exterminação total da guerrilha que o comando militar do ocupante definiu para si, para a condução dos seus esforços em busca de uma solução rápida do conflito! (...).

É uma necessidade imperiosa da nossa luta assegurarmos a sobrevivência das FALINTIL e para que isso aconteça, é necessário o concurso de diversos factores e, sendo o militar o aspecto dominante, não se pode menosprezar o apoio político, logístico e refúgio, segurança e financeiro à guerrilha.»

Nino Konis Santana, Keri Laran Sabalae
Timor Leste, Maio de 1995

À BEIRA DA MUDANÇA?

Uma delegação do movimento de solidariedade norte-americano deslocou-se à Indonésia e a Timor Leste. É uma versão reduzida do relatório dessa viagem que aqui publicamos.

«Entre 3 e 13 de Março de 1998, uma delegação de três pessoas dos grupos de solidariedade East Timor Action Network *(Charles Scheiner),* Global Exchange *(Matthew Jardine) e* Justice for All *(Sidhawati) visitou Jacarta (Indonésia) e Díli (Timor Leste), tendo contactado com diversas pessoas das mais variadas organizações, perspectivas e experiências.»*

RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

«A crise financeira na Indonésia atraiu a atenção dos meios de comunicação internacionais.

Os factos básicos da crise são agora conhecidos: 500% de desvalorização da rupia indonésia, uma subida astronómica dos preços dos bens de primeira necessidade, uma queda abrupta do investimento estrangeiro e a falência de numerosas empresas. Ao confronto entre o Presidente Suharto, determinado a manter-se fiel ao capitalismo clientelar, e o FMI, que insiste na liberalização dos mercados, foi dado apenas um pouco menos de cobertura por parte da comunicação social do que à vida sexual de Clinton.

No entanto, muito menos atenção terá sido concedida ao crescente conflito entre o povo e o regime. Com efeito, os militares desencadearam uma vasta onda de repressão - prendendo, nos últimos dois meses, mais de 1.400 pessoas sob a acusação de desobediência civil e tendo morto cinco pessoas - e envolveram-se em importantes confrontos de rua contra os cidadãos. À medida que a crise económica se agrava, a resistência cresce e a repressão intensifica-se.

Nesta crucial conjuntura, devemos questionar-nos se o Governo dos Estados Unidos da América será cúmplice nesta repressão ou se cortará relações com os militares indonésios. A prova da existência de programas alargados de treino para os militares indonésios, nomeadamente para as forças especiais (Kopassus)*, indica que o Governo norte-americano está preparado para os ajudar a combater numa guerra urbana contra as vítimas desta crise económica.*

Segundo estimativas de um especialista em questões laborais, mais de 16 milhões de pessoas perderam os empregos nos últimos seis meses.

A tão aclamada industrialização dos anos 80 no sector têxtil, do vestuário e do calçado desmoronou-se quase instantaneamente. As zonas circundantes de Jacarta, onde se encontram instaladas as indústrias de exportação, calaram-se misteriosamente. O ímpeto da construção urbana esmoreceu: arranha céus meio construídos poluem agora a paisagem da capital.

O país enche-se de desempregados e 100.000 trabalhadores emigrantes regressaram da Malásia, também atingida por problemas económicos. Há indícios de que a crise do emprego se agravará. Muitas indústrias cessarão a sua actividade quando as reservas de matérias primas importadas se esgotarem.

As empresas estrangeiras que se baseiam na exploração intensiva de mão-de-obra, alarmadas com a recente instabilidade sentida pelo regime de Suharto, estão a fazer as malas, preterindo os míseros salários dos trabalhadores indonésios (menos de 50 cêntimos [95$00 escudos] *por dia nas fábricas de calçado) por trabalho barato noutro local.»*

AS FORÇAS ARMADAS COMO LEI

«Os protestos populares, de acordo com a realidade indonésia, têm sido, desta forma, significativos.

Dezenas de milhar de estudantes universitários levaram a cabo protestos diários em quase todas as Universidades da ilha de Java. Rodeados de polícia e tropa fortemente armados, os estudantes eram, na sua maioria, confinados às cidades universitárias. As forças de segurança atacaram brutalmente os estudantes em locais como Surabaia, onde os protestos rapidamente se estenderam a zonas operárias vizinhas.

O regime de Suharto não tolera a mais pequena oposição. Quando um grupo de professoras universitárias se reuniu na baixa de Jacarta para protestar contra a duplicação do preço do leite, a polícia prendeu e encarcerou de imediato três delas. Quando cerca de 50 pessoas se reuniram com o objectivo de discutir o futuro político da Indonésia num local ao Norte de Jacarta, mais de 100 polícias intervieram e prenderam 11 dos organizadores.

De acordo com um membro da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, um organismo nomeado pelo Governo, que foi questionado sobre se correspondia à realidade o número, avançado pelas ONG, que fixava em 1.000 as prisões políticas nas primeiras seis semanas de 1998, esse número foi declarado demasiado baixo.

No meio de uma crescente privação material, o exército indonésio continua tão poderoso como antes. Nem Suharto, nem o FMI, nem os EUA propuseram uma diminuição de poder dos militares.

Nos últimos 30 anos, os militares foram eles próprios a lei. Há tropas estacionadas em todo o país que impunemente policiam a população. Recentemente, os militares solicitaram do Governo ainda mais dinheiro para "operações especiais", incluindo o combate em "zonas urbanas".

Aquilo que os militares não conseguem pedindo, conseguem tirando. As tropas têm confiscado mercadorias a muitos comerciantes a coberto dos regulamentos contra o açambarcamento, vendendo-as, em seguida, nos mercados militares, arrecadando os lucros.»

FIM À PARCERIA

«A situação no que respeita aos direitos humanos em Timor Leste continua atroz, não obstante a atenção dispensada à antiga colónia portuguesa pelo Nobel da Paz de 1996.

De acordo com fontes ligadas à Igreja Católica, a repressão militar sobre os habitantes do território é, na realidade, pior do que era em

1996. A crise económica da Indonésia atingiu Timor Leste de uma forma particularmente dura. O território era já uma das regiões mais pobres sob a tutela de Suharto. Uma grande carência de chuva em muitas áreas de Timor Leste aumentou as dificuldades e teme-se que a situação alimentar na costa Norte possa atingir proporções de crise nos próximos meses.

Há anos que Washington envia a Jacarta sinais contraditórios. O Congresso (por vezes com o apoio do Departamento de Estado) limita o treino militar ou a venda de armas à Indonésia. O Presidente Clinton denuncia violações dos direitos humanos em Timor Leste quando se encontra com Suharto e os EUA apoiam resoluções críticas na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Enquanto isto, soldados dos Estados Unidos treinam forças especiais da Indonésia na área do combate em zonas urbanas e na formação de atiradores especiais. Suharto, um especialista de nível mundial em rituais políticos (a sua recente auto-reeleição é disso um exemplo clássico), não tem qualquer problema em descodificar a mensagem - as críticas têm o objectivo de apaziguar o povo americano e o Congresso, enquanto que o apoio militar continuado indica a aprovação dos EUA à repressão levada a cabo pelo seu regime.

Qualquer ajuda ao regime de Suharto, quer se trate de empréstimos do FMI ou de treinos militares fomenta a repressão continuada dos movimentos populares na Indonésia e a ocupação ilegal de Timor Leste.

A solução da presente crise requer muito mais do que créditos do FMI, transparência financeira e a eliminação da corrupção. Dado que a família de Suharto, a sua clientela bem como os militares, tentam empurrar os custos da crise para o povo (em vez de disponibilizarem as imensas riquezas roubadas), a única solução está no fim da lei marcial institucional e na instauração de um sistema democrático.

Os Estados Unidos podem ter um papel positivo neste processo, pondo fim à sua parceria com Suharto e com os militares.»

CDH: SABOR A DERROTA

Em 1997 a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), reunida em Genebra, aprovou uma resolução sobre Timor Leste. Existia no início da sessão de 1998 o receio de que a aprovação duma nova resolução fosse mais difícil. A principal razão para este receio vinha do facto da Indonésia tentar convencer os membros da Comissão de que estava disposta a colaborar com as Nações Unidas.

Em Outubro de 1994 Ayala Lasso, Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, havia obtido de Jacarta um 'memorando de intenção' no qual este manifestava a sua vontade de cooperar com as Nações Unidas sobre a questão dos Direitos Humanos. Este memorando previa em particular que um funcionário do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em Jacarta acompanharia a aplicação desta colaboração e que ele poderia ter acesso regular a Timor Leste. O Governo indonésio, porém, nunca passou das intenções...

Após a sua substituição por Mary Robinson, ex-presidente da República da Irlanda, esta procurou transformar o memorando de intenção em acordo efectivo.

Só que este tipo de promessas tem sido frequente no passado (declarações de consenso do Presidente da Comissão em 1992, 1994, 1995, 1996) e nunca se traduziu por uma melhoria real dos direitos humanos no território.

De toda a maneira, o Reino Unido, que assume a presidência da UE, submeteu ao conjunto dos membros da União Europeia um projecto de resolução que retomava a resolução adoptada em 1997. Sugestões posteriores do Governo português permitiram melhorar o projecto incluindo em particular uma exigência de desmilitarização do território.

Como é habitual todos os anos, alguns timorenses testemunharam em Genebra as violações de direitos humanos de que eles próprios e próximos foram vítimas. Tomas Gândara contou que, depois de matar os seus pais, os militares levaram-nos, ele e a uma irmã, para a Indonésia - uma prática que estaria a perdurar visto que Mons. Belo denunciou recentemente em Roma que todos os anos mais de duas dezenas de crianças timorenses são assim levadas pelos militares. Domingas Moniz testemunhou as violações de que ela, as suas irmãs e muitas outras jovens timorenses, são frequentemente vítimas por parte dos militares que ocupam a sua terra. Nelson Amaral relatou as torturas a que foi submetido (espancamentos, choques eléctricos, cortes com laminas de barbear...). A novidade no caso de Nelson é que as torturas pararam de repente quando a delegação da Cruz Vermelha presente em Díli, alertada para a sua prisão pediu para visita-lo. A autorização de visita foi recusada mas as torturas pararam. Este exemplo vem reforçar a necessidade da presença de organismos internacionais ou das Nações Unidas em Timor Leste.

Os timorenses presentes em Genebra distribuíram nos corredores da Comissão uma publicação que ilustra as torturas praticadas em Timor Leste. Esta brochura, editada pela organização "A Paz é Possível em Timor Leste", reproduz algumas das muitas fotografias de tortura e execuções saídas do território em 1997. A particularidade destas em relação a outras anteriores é que o grande numero de fotos permitiu reconstituir sequências e histórias. A maior sequência (136 fotos diferentes) mostra as torturas de 7 jovens, uma execução por estrangulamento e o enterro de pelo menos 15 jovens entre os quais vários dos que se via serem torturados.

Finalmente em 24 de Abril foi tornada pública uma declaração de consenso, negociada entre a delegação britânica, em nome da UE, e a delegação indonésia, que foi imediatamente saudada como uma vitória pelo MNE Alatas. Na impossibilidade de confessar publicamente a sua impotência para defrontar a diplomacia do Reino Unido, Lisboa apareceu a embrulhar a derrota em papel de vitória, justificando o "consenso" pelo facto de a mesma comprometer o regime indonésio que a subscreveu. Mas como as declarações anteriores demonstram, Jacarta, na prática, limita-se a rir ... e a ignorá-las.

DIRECTOR: António Pinto Pereira **PROPRIETÁRIO:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **SEDE:** R. Pinheiro Chagas, 77-2º E, 1050 Lisboa, Tel.: 3172860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@esoterica.pt; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **TIRAGEM:** 1.000 ex. **ASSINATURA ANUAL:** 1.500$00 **REGISTO DGCS nº** 112094 **DEP. LEGAL: nº** 25317